

Neodesenvolvimentismo, choque de capitalismo e precarização do trabalho no Brasil (2003-2013)

Giovanni Alves

Como citar: ALVES, G. Neodesenvolvimentismo, choque de capitalismo e precarização do trabalho no Brasil (2003-2013) *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A.; VIEIRA, R. L. (org.). **Economia e Sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 23-41.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-559-9.p23-41>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

NEODESENVOLVIMENTISMO, CHOQUE DE CAPITALISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL (2003-2013)

Giovanni Alves

Na década de 2000, reorganizou-se um novo capitalismo no Brasil no bojo da nova temporalidade histórica inaugurada pela ofensiva neoliberal da década de 1990. A derrota da Frente Brasil Popular, em 1989, síntese política dos movimentos da classe na década de 1980, nos projetou para a temporalidade histórica neoliberal que, naquela altura, se impunha hegemonicamente nos países capitalistas mais desenvolvidos.

Desde 1973-1975, o Brasil rastejava na crise do capitalismo nacional-desenvolvimentista, que tinha assumido uma feição autocrático-burguesa com o golpe empresarial-militar de 1964. A década de 1980, caracterizada pela ascensão do sindicalismo e dos movimentos sociais e políticos de oposição à ditadura civil-militar, foi considerada a “década perdida” tendo em vista a estagnação da economia brasileira e os impasses políticos para a construção de um projeto de desenvolvimento burguês capaz de nos integrar à mundialização do capital em curso nos centros dinâmicos do sistema capitalista. Foi a derrota eleitoral (e política) das esquerdas nas primeiras eleições para Presidente da República no Brasil desde 1960 que abriu um campo de possibilidades para a constituição do

<https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-559-9.p23-41>

novo projeto burguês capaz de integrar o País no bloco histórico hegemônico do capitalismo global.

1 NEOLIBERALISMO

A última década do século XX – a década de 1990 - tornou-se no Brasil, a década da reestruturação capitalista sob a égide neoliberal. A função histórica do neoliberalismo foi integrar o Brasil no movimento hegemônico do capital no mercado mundial – diríamos melhor, capital predominantemente financeirizado - que, naquela década, após o *débâcle* do Leste Europeu (1989) e URSS (1991), impulsionou, no plano mundial, a globalização como *Zeitgeist*, transformando o mundo à sua imagem e semelhança.

A passagem para a década de 1990 foi a passagem para uma nova etapa da temporalidade histórica do capitalismo global inaugurada com a crise econômica de meados da década de 1973-1975. No plano do capitalismo central, enquanto a conjuntura histórica de 1973-1975/1980 caracterizou-se como sendo a conjuntura de crise e luta de classes que levou à vitória do neoliberalismo em polos importantes do sistema mundial (Thatcher, em 1979 no Reino Unido e Ronald Reagan, em 1980, nos EUA); e a conjuntura histórica de 1980-1990 caracterizou-se pela expansão e afirmação da contra-revolução neoliberal, com a vigência da financeirização e barbárie social; a década de 1990 pode ser considerada a década de integração/afirmação da nova ordem neoliberal caracterizada pela financeirização e barbárie social. Naquela época, tivemos a constituição de governos neoliberais na América Latina decididos a aplicar o Consenso de Washington (Brasil, Argentina, Venezuela, etc); e, com o *débâcle* da URSS e Leste Europeu, impôs-se o aprofundamento do projeto neoliberal de hegemonia franco-alemão da União Europeia que culminaria na implantação da moeda única (o Euro) em 1999.

Por exemplo, a pressa do líder alemão Helmut Kohl pela unificação alemã logo após a queda do Muro de Berlim, significou a necessidade histórica de consolidar com celeridade o polo hegemônico europeu capaz de construir, ao lado da França, o novo espaço de acumulação de capital sob domínio do capital financeiro nas condições de aguda concorrência no

mercado mundial. A própria União Europeia, como novo bloco de interesses financeiros hegemônico pela burguesia franco-alemã, tornou-se um importante elemento compositivo do movimento histórico de reordenamento mundial do capital financeiro naquela época nas condições de acirramento da concorrência no mercado mundial por conta da nova posição da China, que desde a morte de Mao Tse-tung caminhava para reformas estruturais capazes de colocá-la como novo polo de acumulação de capital nos marcos da formação social e política pós-capitalista.

Deste modo, com o *débâcle* da URSS, surgiram novas posições de protagonismo político no mercado mundial capazes de disputar com os EUA o novo equilíbrio na nova ordem do capital sob hegemonia financeira: de um lado, a União Europeia como projeto hegemônico burguês alternativo à crise de hegemonia do dólar; e de outro lado, a China, sociedade pós-capitalista, importante território de acumulação de capital e fronteira de expansão da modernidade salarial nas condições da crise de superprodução.

O projeto neoliberal no Brasil na década de 1990, conduzido pela aliança política PSDB-PFL colocou-se como projeto burguês capaz de inaugurar um novo modelo de desenvolvimento (o que só iria ocorrer, por ironia da história, na última metade da década de 2000 sob a condução de bloco de aliança políticas rival dirigido pelo PT). É importante salientar que os governos neoliberais da longa década de 1990 – a década que começa em 1990 e termina em 2002 - promoveram uma profunda reestruturação do capitalismo no País, adequando-o à nova ordem hegemônica mundial descrita acima (MARQUES; FERREIRA, 2010).

A década de 1990 foi uma década de reformas estruturais na economia brasileira, ocorrendo naquela época uma imensa recomposição patrimonial da riqueza brasileira, basicamente movida por uma transferência gigantesca de riqueza ou privatização de riqueza. Nos anos cinzentos do neoliberalismo capitais estrangeiros, privatizações e fusões criaram, naquela época, uma nova (e poderosa) burguesia no país beneficiada pela gigantesca transferência do patrimônio e da propriedade no Brasil para a qual o regime político não tem resistência. Cerca de 30% do PIB brasileiro mudou de mãos. Foi um verdadeiro terremoto que significou a ruptura com o

modelo de desenvolvimento que se desenhou no País a partir dos anos 30 do século XX no qual o Estado jogou um papel decisivo.

A agenda neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) se orientava pelo trinômio: abertura econômica, privatização e desregulamentação do Estado. É claro que FHC criou as agências reguladoras, mas elas eram apenas um simulacro tendo em vista que elas têm muito pouco capacidade para impor critérios e regras públicas a um sistema de competição pesado que se dá hoje em escala internacional. No modelo de desenvolvimento neoliberal o Estado deixou de ser o principal indutor da economia e delegou esse papel para o mercado.

2 O NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

As primeiras crises da globalização neoliberal, ocorrida de 1996-2000, com o estouro das bolhas financeiras na Ásia, Rússia e Brasil, expuseram a fragilidade orgânica da ordem neoliberal nos seus elos mais fracos. Na passagem para o século XXI, os festejos da implantação do Euro como moeda única da União Europeia, ocultaram no centro do sistema mundial, as contradições candentes da nova ordem neoliberal.

A década de 2000 foi uma década de contestação à financeirização e à barbárie social, principalmente na América Latina. O surgimento dos movimentos anti-globalização na Europa e EUA e a inauguração do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Brasil) em fins da década de 1990 (a década neoliberal) expunham primordialmente a insatisfação candente com a nova ordem burguesa conduzida pelo capital financeiro e suas tecnoburocracias globais (FMI e Banco Mundial).

Foi na América Latina, laboratório-mor dos experimentos neoliberais (desde o Chile de Pinochet em 1973) que a contestação e o fracasso dos projetos burgueses neoliberais assumiram de forma contundente uma dimensão política, com o surgimento de formas alternativas de desenvolvimento do capital nas condições de crise estrutural de superprodução, financeirização da riqueza capitalista e falência do modo de desenvolvimento neoliberal.

No Brasil, polo mais desenvolvido das economias latino-americanas e elo mais forte do imperialismo no Cone Sul, o novo projeto capitalista de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo denominou-se “neodesenvolvimentismo”, cujo primeiro ciclo histórico ocorreu sob os governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). Portanto, foi o ciclo do lulismo que constituiu na última metade da década de 2000, como novo modelo de desenvolvimento capitalista e novo bloco histórico de hegemonia burguesa no Brasil sob a direção do grande capital organizado: o neodesenvolvimentismo.

Na década de 2000, com a crise do modelo de desenvolvimento neoliberal, tendo em vista as contradições do sistema mundial do capital predominantemente financeirizado, fracassou nas eleições de 2002 a aliança política PSDB-PFL (hoje, DEM)¹. A eleição de Lula pelo PT significou a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento não mais orientado pelos parâmetros neoliberais, constituindo, deste modo, uma nova frente política capaz de levar adiante o desenvolvimento capitalista no País: a frente política do neodesenvolvimentismo.

Entretanto, no primeiro governo Lula (2003-2006) se mantiveram os pilares da macroeconomia neoliberal visando acalmar os mercados financeiros e sinalizando de modo claro que o novo governo pós-neoliberal não tinha veleidades anti-capitalistas. Pelo contrário, o compromisso sagrado do novo governo era honrar os pagamentos com os credores da dívida pública, ninho do capital financeiro que suga cerca de 50% do orçamento público da União. O objetivo do lulismo demonstrou ser reorganizar o capitalismo no Brasil e não aboli-lo. Enfim, promover um “novo choque de capitalismo” no Brasil nos moldes pós-neoliberais.

O projeto burguês do lulismo - o neodesenvolvimentismo - era a afirmação periférica do reformismo social-democrata, que atribuía ao Estado o papel de indutor da economia brasileira nas condições do mercado oligopolizado. Tendo em vista a crise do modelo de desenvolvimento neoliberal, o Estado capitalista no Brasil, como *deus ex-machina*, assumiu, com o projeto neodesenvolvimentista, assumiu uma função crucial, seja como Estado-financiador, seja como Estado-investidor (não se tratava,

¹ PSDB significa Partido da Social-Democracia Brasileira; PFL, Partido da Frente Liberal e DEM, Democratas.

nesse caso, do Estado-empresário, que caracterizou os projeto nacional-desenvolvimentistas do passado).

Deste modo, o Estado neodesenvolvimentista era o *Estado regulador* capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional com a capacidade competitiva no mercado mundial. Nesse caso, os fundos públicos – BNDES e fundos de pensões de estatais - cumpriram um papel fundamental na reorganização do capitalismo brasileiro; e o *Estado investidor* que colocou em marcha a construção de grandes obras de infra-estrutura destinada a atender as demandas exigidas pelo grande capital. A vertente do Estado investidor se manifestou, por exemplo, no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que é a expressão de que o Estado joga um papel fundamental na indução do crescimento da economia do país (o que distingue efetivamente o projeto burguês desenvolvimentista do projeto burguês neoliberal). Assim, na perspectiva neodesenvolvimentista, a disciplina fiscal e monetária deveria se colocar a serviço do crescimento rápido e sustentado da economia do país.

Entretanto, a legitimidade política do novo projeto burguês no Brasil seria obtida não apenas com a estabilidade monetária conquistada pelo Plano Real na década neoliberal (1994), nem apenas com a macroeconomia do Estado investidor e Estado financiador com seus efeitos virtuosos na dinâmica econômica, mas seria obtida principalmente com o vasto programa de transferência de renda para as classe trabalhadora pobre (o que André Singer denominaria de “subproletariado”). Esta é a arquitetura política do neodesenvolvimentismo. Eis a lógica social da nova ordem da mercadoria: sujeitos monetários passivos com capacidade aquisitiva tenderiam a se colocar veementemente à disposição da reprodução política da ordem burguesa (SINGER, 2012).

3 AS BASES MATERIAIS DA NOVA HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL (2003-2013)

O crescimento da economia com impactos no mercado de trabalho urbano, ao lado do aumento da taxa de formalização dos contratos de trabalho ocorrida na década de 2000, além da abundante oferta de crédito incentivando o consumo (inclusive com a redução das taxas de juros básicos da economia) e os novos programas sociais de transferência de renda

e inclusão social (Bolsa Família, por exemplo), contribuíram significativamente para a perspectiva de ascensão social das camadas mais pobres do proletariado urbano. O “milagre” da demanda agregada produziria a miragem da “nova classe média” que expressou o efeito estrutural da nova lógica de desenvolvimento capitalista no país.

Os efeitos sociais, políticos e ideológicos do neodesenvolvimentismo nos últimos dez anos (2003-2013) são deveras notáveis. Pelo fato de ser um dos países capitalistas mais desiguais do mundo, o Brasil possui um amplo lastro de possibilidades para a construção da hegemonia burguesa no país. Na mesma medida em que expõe os limites da construção social da forma-mercadoria nas condições da crise estrutural do capital, o Brasil é um país carente da forma-mercadoria no sentido de possuir um imenso contingente de trabalho vivo à margem do mercado de consumo. Na verdade, o subproletariado desorganizado e miserável alimenta a ilusão da modernização periférica.

Como elo mais forte do capitalismo no Cone Sul – o que impede comparações com Venezuela, Equador ou Bolívia – a hegemonia burguesa no país se fortaleceu nos anos de neodesenvolvimentismo (o que demonstra os índices medíocres de votação dos partidos da esquerda anti-capitalista no processo eleitoral brasileiro). Enfim, o poder da ideologia adquiriu dimensões exuberantes na década de 2000 no Brasil, Este é um dos traços compositivos da “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital operada no plano da totalidade social e não apenas nos locais de trabalho reestruturados (ALVES, 2013). Apesar da crise estrutural do reformismo social-democrata no centro capitalista, reedita-se neste país, com incrível estardalhaço, o projeto burguês social-democrata como projeto civilizatório capaz de nos projetar para uma suposta modernidade salarial.

Como herdeiro político capaz de dar prosseguimento ao projeto burguês de desenvolvimento no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) se qualificou nos últimos vinte anos, pelo menos, desde a sua derrota política e eleitoral em 1989, como partido da ordem burguesa no Brasil. Com argúcia política, o Presidente Lula construiu sua própria “gaiola de ferro” da governabilidade: alianças com os donos do poder oligárquico (tal como fizeram Getúlio Vargas, em 1930 e os governos militares de 1964 a 1983). O ex-sindicalista do ABC paulista percebeu que sem eles (ou parte deles),

não se governa a república burguesa no Brasil. Entretanto, Lula não visou apenas a governabilidade, mas a afirmação hegemônica do projeto social neodesenvolvimentista no Brasil.

Sob fogo cruzado da nova direita oligárquica, rançosa e golpista, o PT e seus aliados políticos aparecem hoje como gestores do capitalismo organizado no país, a serviço do grande capital monopolista privado interno. A disputa PT e PSDB é, no limite, uma disputa política no interior da ordem burguesa no Brasil (como ocorreu em 1930). Na medida em que se colocou como legatário da ordem burguesa, o PT em si e para si tornou-se incapaz, por si só, diga-se de passagem, de suprimir o DNA inscrito no “código genético” do capitalismo histórico brasileiro: capitalismo hipertardio, portanto carente de modernização; capitalismo dependente, portanto integrado aos interesses do capital financeiro internacional, perseguindo, no limite, um “lugar a sol” na decrépita ordem burguesa hegemônica; capitalismo de extração colonial-prussiana e viés escravista, portanto, carente de valores democráticos e republicanos tendo um metabolismo social do trabalho baseado visceralmente na superexploração da força de trabalho (é o que explica, por exemplo, que, apesar do neodesenvolvimentismo e a curta fase áurea de lulismo, os salários brasileiros hoje continuam baixos. Apesar do país ter criado cerca de 19 milhões de empregos formais, a maioria absoluta dos novos empregos criados nos últimos dez anos tem salários de até um e meio salário mínimo).

Portanto, podemos dizer que o neodesenvolvimentismo como projeto burguês de desenvolvimento hipertardio, apesar de avanços significativos e inegáveis nos indicadores sociais indispensáveis para a própria legitimidade social e política do projeto burguês de desenvolvimento, tornou-se incapaz, por si só, de alterar qualitativamente, a natureza da ordem oligárquica burguesa historicamente consolidada no Brasil de hoje, mais do que nunca, pelo poder dos grandes grupos econômicos beneficiários da reorganização do capitalismo brasileiro dos últimos vinte anos – primeiro com o neoliberalismo e depois com o neodesenvolvimentismo.

4 O CARÁTER FARSESCO DO NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

O projeto capitalista do neodesenvolvimentismo nasceu no bojo da crise do neoliberalismo. Deste modo, ele não poderia ser mera continuidade do projeto neoliberal, oriundo da década de 1990, sob pena de ir a ruína. Por isso, o neodesenvolvimentismo apareceu no plano da luta de classe mundial, como projeto de desenvolvimento capitalista alternativo à lógica destrutiva do neoliberalismo, capaz de servir como ideologia reformista nos blocos de poder da periferia do sistema à crise de hegemonia dos países centrais abatidos pela crise da globalização (1996-2000 e 2008-2013).

No plano das relações internacionais, foi a crise da globalização neoliberal que constituiu na década de 2000 o novo arco de alianças pós-neoliberais que articulam na periferia do sistema mundial, projetos de desenvolvimento do capital alternativos à programática neoliberal. Por exemplo, a formação dos BRICS (um acrônimo que se refere aos “Cinco Grandes” mercados emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, verdadeiras fronteiras de expansão do capital nas condições de sua crise estrutural) apontam na geopolítica internacional das primeiras décadas do século XXI, um novo bloco de poder capaz de reorganizar a dinâmica de acumulação do capital nas condições da crise estrutural.

Podemos dizer que hoje, na conjuntura histórica do começo do século XXI, presenciamos a verdadeira Terceira Guerra Mundial: a disputa candente entre projetos capitalistas de desenvolvimento, projetos do capital-imperialista que se põem efetivamente hoje no cenário internacional tal como se colocavam na década de 1930 (naquela época, por conta de contingências históricas, a disputa inter-imperialista assumia um caráter político-militar entre os blocos nazi-fascistas e o bloco liberal-democrático em aliança com o socialismo soviético).

O novo projeto capitalista de viés neodesenvolvimentista no Brasil não visou resgatar as promessas civilizatórias da “golden age” do capitalismo central do pós-guerra, como sonham, por exemplo, os ideólogos do neokeynesianismo de esquerda, mas sim de construir um novo patamar de acumulação de capital nas condições da crise estrutural que permita instaurar, no caso da periferias capitalistas pobres do sistema mundial, suportes sociais mínimos de existência, verdadeiros rudimentos do

Estado-providencia nos limites do orçamento público de Estados-nações comprometidos com a reprodução dos grupos econômicos oligopolistas financeiros hegemônicos no plano global.

Portanto, o neodesenvolvimentismo como nova frente política no interior do bloco histórico de poder constituído no Brasil integrado ao capitalismo global é, acima de tudo, um modo de desenvolvimento da produção capitalista no país e enquanto tal, desenvolvimento das misérias modernas do capital, expostas, por exemplo, em sua essencialidade categórica, por Karl Marx, desde meados do século XIX (não deixa de ser sintomático o lançamento magistral pela Boitempo Editorial em 2013, quando se comemora dez anos de governo Lula e Dilma - da terceira versão de “O Capital”, de Karl Marx, em língua portuguesa do Brasil).

Entretanto, como país de desenvolvimento capitalista hipertardio, somos atribulados não só pelo desenvolvimento da produção capitalista, em si e para si, mas também pela forma histórica do capitalismo em sua dimensão hipertardia que produz (e reproduz) a “carência de modernização”. É o que explica, por exemplo, o fascínio da ideologia do neodesenvolvimentismo como “choque de modernização capitalista”. Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas do modo de entificação do capitalismo no Brasil: capitalismo dependente, hipertardio de via prussiana e extração colonial-escravista. Portanto, na medida em que o neodesenvolvimentismo busca redistribuir renda e diminuir a desigualdade social, ele tenta resgatar o povo não das misérias modernas, mas das misérias históricas herdadas do nosso passado colonial-escravista. Como diria Marx, “somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. *Le mortsaïsít Le vif!* [O morto se apodera do vivo]” (MARX, 1986).

Entendemos o neodesenvolvimentismo como sendo um novo projeto de desenvolvimento capitalista que surgiu com a crise do neoliberalismo no Brasil. Na verdade, trata-se de uma nova visão de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema-mundo do capital baseado na criação de um novo patamar de acumulação de valor por meio da ação do Estado capaz de criar, por um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivistas focadas no subproletariado (deste modo, concor-

damos com André Singer que diz - no livro “Os sentidos do lulismo” - que o neodesenvolvimentismo tem como base social os pobres, isto é, o subproletariado) (SINGER, 2012).

Como política reformista hipertardia, o neodesenvolvimentismo brasileiro como modelo de gestão do desenvolvimento capitalista pós-neoliberal, visa promover um *tertiumdatur* entre a utilização do fundo público no financiamento e investimento exigidos pelo capital, visando o desenvolvimento e crescimento da economia brasileira de acordo com os interesses dos oligopólios privados industriais, agroindustriais e financeiros; e, na medida em que ocorre a acumulação da riqueza capitalista, a utilização do gasto público para programas de combate a pobreza e transferência de renda às famílias mais pobres, como a elevação do salário-mínimo e expansão do Bolsa-Família (REGO; PINZANI, 2013; SADER, 2013).

Portanto, o projeto neodesenvolvimentista no Brasil mescla elementos de “desenvolvimentismo popular” (por exemplo, o Programa Bolsa-Família e aumento do salário mínimo, Programa Minha Casa Minha Vida *etc*) e elementos do “desenvolvimentismo neocapitalista” (organização de grandes empresas a partir da indução do Estado). Deste modo, o tripé do neodesenvolvimentismo seria constituído por (1) programas de incentivo estatal a oligopolização da economia (fortalecimento de grandes grupos econômicos privados com apoio do BNDES); (2) programas de investimentos públicos em infra-estrutura - com ou sem parceria público-privada e (3) programas estatais de transferência de renda (bolsas, salário-mínimo e formalização salarial) visando a valorização do mercado interno de consumo.

O reformismo hipertardio (ou “reformismo fraco”, como diria André Singer) parte do princípio de que o crescimento do consumo dos mais pobres leva ao aumento do investimento, gerando um círculo virtuoso do desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno. Deste modo, o horizonte político se restringe irremediavelmente ao horizonte capitalista. Na verdade, trata-se de uma ótica neocapitalista pós-neoliberal, renunciando efetivamente à perspectiva de construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

O que significa que, muito antes do realinhamento eleitoral de 2006, quando o PT demonstrou representar o subproletariado ou trabalhadores da massa marginal, ocorreu um realinhamento histórico progressivo que culminou em 2002 com a “Carta aos brasileiros”, renunciando na prática (e pragmaticamente), à luta pelo socialismo e assumindo a tarefa histórica de construir um capitalismo social hipertardio (embora André Singer continue admitindo que o PT é um partido com duas almas: o espírito do Sion e o espírito do Anhembi) (SINGER, 2012).

Na verdade, o realinhamento histórico do PT na linha da social-democracia europeia, que há muito tempo renunciou ao socialismo, e o realinhamento eleitoral com a nova base social (ou classe-apoio) - o subproletariado e não mais o proletariado organizado incluindo a baixa classe média assalariada – rebaixaram efetivamente as pretensões históricas do PT.

A política redistributivista por meio de programas sociais, aumento de salário-mínimo e formalização do mercado de trabalho, que tem como pressuposto o crescimento sustentável da economia capitalista *vis-à-vis* o aumento da produtividade e competitividade da economia brasileira no mercado mundial, representaram efetivamente demandas históricas imediatas do subproletariado e do proletariado pobre, cujas pretensões contingentes são mais adequadas ao projeto neodesenvolvimentista de “choque de modernização capitalista”, do que os interesses históricos do proletariado organizado e da classe média radicalizada imersas nas “misérrias modernas” e cujos intelectuais orgânicos de esquerda exigem medidas anti-capitalistas propriamente ditas.

Contra as miragens pós-neoliberais, é preciso reiterar que não se trata de construção de Estado de Bem-Estar Social nos moldes do capitalismo nacional-desenvolvimentista do pós-guerra, até porque a situação geopolítica da luta de classes é outra: o capitalismo não sente-se ameaçado pelo espectro do comunismo, tendo em vista que a fragilização do proletariado como classe social é deveras flagrante. É importante lembrar que a construção do “Welfare State” na Europa ocidental, por exemplo, decorreu de uma singularidade histórica que desapareceu irremediavelmente com a extinção da URSS em 1992. Além disso, por conta da crise estrutural de valorização do valor, o capital em sua etapa de decadência histórica não permite mais a ampliação universal dos direitos trabalhistas e sociais, capa-

zes de pressionar a taxa média de lucratividade das empresas e o orçamento dos governos avassalado pela dívida pública. Deste modo, a ideia de “desenvolvimento” no sentido de construção do Estado de Bem-Estar Social nos marcos do capitalismo global sob dominância financeira e nas condições de crise estrutural do capital tornou-se efetivamente problemática.

O que significa que o conceito de “neodesenvolvimentismo” possui irremediavelmente um caráter farsesco tendo em vista que está limitado, em si e para si, pelo constrangimentos da ordem sistêmica do capital no plano do mercado mundial: a pressão da concorrência internacional impõe às unidades econômicas a redução dos custos sociais da força de trabalho, colocando como desafio para o projeto neodesenvolvimentista, o aumento da produtividade e competitividade da indústria brasileira no mercado mundial (vide o capítulo intitulado “Capitalismo como farsa”) em Alves, 2009.

O neodesenvolvimentismo é o amesquinçamento irremediável do desenvolvimentismo histórico que caracterizou a ideologia social-democrata na era de ascensão histórica do capital. Nas condições da crise estrutural do capital, o desenvolvimentismo possível ou o desenvolvimento social no interior da ordem burguesa hegemônica hipertardia é o projeto neodesenvolvimentista.

Por isso, a tarefa histórica a que se propõe o neodesenvolvimentismo é deveras modesta, embora – não podemos deixar de reconhecer – significativa, na perspectiva histórica do capitalismo hipertardio brasileiro: combater a pobreza e ampliar o mercado interno. Como a construção do socialismo não se coloca (nem poderia se colocar) no horizonte estratégico do neodesenvolvimentismo, as políticas de combate a pobreza e ampliação do mercado interno tendem a assumir irremediavelmente um caráter farsesco, efetivamente ilusório na medida em que projetam (como farsa e não mais como tragédia, como ocorreu com o nacional-desenvolvimentismo brasileiro com Kubitschek e os militares), a possibilidade de realizar as promessas civilizatórias do capital nas condições de sua crise estrutural.

É indiscutível que extinguir (ou mesmo reduzir significativamente) a pobreza e ampliar o mercado interno de consumo no Brasil, país capitalista dependente de desenvolvimento hipertardio e extração escravista-

colonial, fronteira derradeira da modernização capitalista, não pode ser considerado pouca coisa. Pelo contrário, é um ato histórico progressista de impacto inédito no Brasil, embora tragicamente insuficiente, em si e para si, para nos conduzir para além da ordem destrutiva do capital.

Ao mesmo tempo, a política neodesenvolvimentista no Brasil instala e opera candentes contradições vivas do desenvolvimento capitalista na periferia mais desenvolvida do sistema mundial do capital. Por um lado, assumindo a tarefa histórica de combater a pobreza e promover a inclusão do subproletariado no mercado de trabalho formal, realizando, deste modo, o sonho de consumo de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros da massa marginal; mas por outro lado, preservando os pilares do modo de desenvolvimento do capitalismo histórico, incentivando a centralização e concentração do capital oligopólico nas condições histórico-mundial da senilidade capitalista como modo de desenvolvimento civilizatório.

Na verdade, países capitalistas de inserção hipertardia na ordem mundial, como os BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul), por exemplo, encontram limites candentes de realização das promessas civilizatórias do desenvolvimento burguês que pertencem a épocas pretéritas de ascensão histórica do capital. O crescimento das economias capitalistas emergentes, incluso a África subsaariana, contém um tom farsesco na medida em que o capital implementa uma modernidade ilusória reduzida ao acesso ao mercado de consumo.

4 O BRASIL E O NOVO “CHOQUE DE CAPITALISMO” NO SÉCULO XXI

O que as economias de desenvolvimento capitalista hipertardio como o Brasil encontram no século XXI são oportunidades inéditas e impressionantes de expansão da forma-mercadoria. Eis o segredo do neodesenvolvimentismo: a adoção de políticas redistributivas que operam na linha de menor resistência do capital criando, nas condições da crise crônica de superprodução do capitalismo mundial, expectativas de capacidade aquisitiva em mercados de grande porte como o Brasil, produzindo, deste modo, a ilusão do desenvolvimento como realização das necessidades humanas das massas marginais. Entretanto, o que ocorre é a vigência do imperativo abstrato de “realização” do capital que não consegue, nas condi-

ções de sua crise estrutural, realizar efetivamente a construção de sistemas universais de bem-estar social para o mundo do trabalho.

A crise estrutural do capital não significa estagnação da expansão capitalista, mas sim a irrealização das suas promessas civilizatórias e a ampliação universal da condição de proletariado. Por isso, as políticas neodesenvolvimentistas que operam na linha de menor resistência do capital ativam, num patamar superior, as contradições fulcrais da ordem burguesa entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção/apropriação do capital. Como diria Marx (1983, p.38), “abre-se então uma era de revolução social.”

Entretanto, o século XX nos ensinou que a explicitação das contradições sociais, e o acirramento da luta de classes no plano social, *não* significam efetivamente a vigência da revolução social. Nas condições históricas do capitalismo manipulatório e com a vigência do sociometabolismo da barbárie alteram-se a dinâmica histórica da luta de classe. A incapacidade da esquerda radical em construir uma política popular hegemônica, no plano político-cultural, capaz de implementar uma nova institucionalidade para além da ordem burguesa, e a mediocridade política da social-democracia com seu apego visceral à ordem burguesa e sua institucionalidade democrático-representativa caduca, põem as condições históricas propícias para chocar o “ovo da serpente”, isto é, o renascimento social e político do neofascismo destilado pelo sociometabolismo da barbárie. Os impasses políticos candentes do reformismo neodesenvolvimentista tendem a explicitar o espectro de novas formas autocráticas de poder do capital – à esquerda e à direita.

O neodesenvolvimentismo no Brasil como política reformista que opera na linha de menor resistência do capital incorporou a teleologia política da ordem burguesa hipertardia no Brasil, preservando, deste modo, a lógica oligárquica da governabilidade. Ao buscar apoio persistente das oligarquias regionais para suas políticas de governo, tornou-se refém do sistema político brasileiro limitado pela forma do Estado político do capital constituído no seio do capitalismo hipertardio de feição prussiano-colonial de extração escravista. É o que explica as antinomias da reforma política e a da reforma tributária presas nas densas teias de conformação da lógica oligárquica da governabilidade. Mesmo a Constituição democrática

de 1988 não conseguiu romper os limites sistêmicos impostos pela ordem política oligárquica à verdadeira democratização política do país, incapaz, em si e para si, de alterar a natureza estrutural do Estado burguês oligárquico-senhorial. Pelo contrário, o neodesenvolvimentismo como modo de desenvolvimento burguês hipertardiou nas condições da crise estrutural do capital está subsumido à forma oligárquico-burguesa do Estado brasileiro. Ao privilegiar a construção das políticas redistributivistas no marco da institucionalidade oligárquico-política, encontra em si mesmo como projeto burguês, seus limites irremediáveis e deste modo, sua própria tragédia como projeto reformista nas condições da decadência histórica do capital.

István Mészáros, em “Para Além do Capital”, ao tratar da crise estrutural do capital elaborou um tratado ontológico sobre os limites irremediáveis do reformismo nas condições históricas da nova temporalidade do capital. Na medida em que o reformismo como projeto civilizatório tornou-se inócuo a médio e longo prazo – que o diga a crise europeia – repõem-se no seio da ordem burguesa, projetos de desenvolvimento capitalistas alternativos à dinâmica do sociometabolismo da barbárie exposto com radicalidade pelo neoliberalismo nos últimos trinta anos perversos de capitalismo global (MÉSZÁROS, 2002).

É importante salientar que o neodesenvolvimentismo é a síntese política possível do desenvolvimento capitalista no Brasil nas condições da crise estrutural do capital. Incapaz de romper com a ordem sistêmica do capital, tendo em vista a dinâmica do mercado mundial e a condição de “elo mais forte” da dominação do capital na América do Sul, coloca-se para o Brasil, como alternativa possível (e irremediavelmente limitada) de desenvolvimento social, o projeto neodesenvolvimentista.

Ao dizermos “crise estrutural do capital”, colocamos uma sobre-determinação fundamental à dinâmica do neodesenvolvimentismo, capaz de impedir quaisquer identificação entre neodesenvolvimentismo e projetos de desenvolvimento burguês de tempos históricos pretéritos no pós-guerra (por exemplo, o nacional-desenvolvimentismo de cariz populista de Vargas ou o nacional-desenvolvimentismo de cariz autocrático-burguês dos Militares).

É a sobredeterminação histórica da crise estrutural do capital que explica os limites irremediáveis do projeto neodesenvolvimentista. Pelo fato do neodesenvolvimentismo ocorrer no bojo de uma nova temporalidade do capitalismo histórico caracterizada pela crise estrutural do capital e sua decadência histórico-civilizatória no plano mundial, diminui-se, mais ainda, as margens de reformas estruturais de cariz nacional-popular principalmente nos elos mais fortes do capital-imperialismo (como é o caso do Brasil). A decadência histórica do capital, salientada pelo velho I. Mészáros, impede a efetividade de quaisquer projeto reformista nos moldes do capitalismo do pós-guerra. Por isso, explicita-se a dimensão farsesca do capitalismo global.

Nas bordas desenvolvidas do sistema mundial, a crise estrutural do capital exige um novo pacto burguês capaz de permitir, por um lado, a reprodução social da ordem burguesa em sua forma senil – senilidade que não significa estagnação, mas sim impossibilidade de realizar promessas civilizatórias e, por outro lado, aproveitar as virtualidades de mercado de consumo dos imensos territórios continentais sedentos de modernidade capitalista (a ilusão capitalista em confundir população com capacidade aquisitiva).

Como choque de capitalismo hipertardio, o neodesenvolvimentismo apenas aprofundou, num patamar superior, aquilo que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo histórico no Brasil: a modernização do atraso. O neodesenvolvimentismo como sub-reformismo da ordem oligárquico burguesa no Brasil, encontra-se, no limite, refém do atraso, na medida em que não visa criar as condições espirituais-estruturantes para ir além do horizonte capitalista (o que explica o desinteresse visceral do neodesenvolvimentismo lulista no controle social dos meios de comunicação e investimento na formação política das massas populares organizando-as enquanto sujeitos históricos de classe). Apesar da melhoria dos indicadores sociais nos 10 anos de neodesenvolvimentismo lulista (2003-2013), o Brasil continua um país capitalista atrasado no que diz respeito às condições sociais da educação, saúde, habitação, transporte público e infra-estrutura urbana – apesar, é claro, de melhorias incrementais indiscutíveis. A formalização do mercado de trabalho, aumento do salário-mínimo e programas sociais do Bolsa-Família, por exemplo, contribuíram para a redução da de-

sigualdades social, ampliando o mercado de consumo interno (eis o troféu levantado pelos arautos intelectuais do neodesenvolvimentismo no Brasil).

Entretanto, é importante lembrar que o consumo não é inerentemente emancipador – pelo contrário, a expansão do crédito que incentiva o consumo – e no limite, o consumismo - enquanto veículo de expansão do fetichismo da mercadoria, exerce um efeito ideológico perverso na consciência das massas populares, adequando-as espiritualmente à política de reiteração da ordem burguesa como único horizonte histórico possível.

Na verdade, a apologética da “nova classe média” (ou classe C) é a apologética populista do “homem unidimensional” (segundo Herbert Marcuse), isto é, o culto da cidadania de consumo das massas proletárias imbecilizadas pelo assédio espiritual-moral das igrejas neopentecostais e pela propaganda cotidiana dos *mass-media* que as incentiva a consumir *gadgets* tecnológicos adquiridos nos *shoppings* populares. Eis o lado oculto da miséria do trabalho no Brasil.

Além disso, a política neodesenvolvimentista de transferência de renda para os mais pobres possui limites estruturais, tendo em vista que a capacidade de gasto público da União e dos Estados encontra-se limitada pelo cerco histórico do capital financeiro ao orçamento público (em 2012, dívida passou, pela primeira vez, a marca de 2 trilhões), impedindo, deste modo, um reformismo de maior impacto capaz de resgatar as necessidades humanas e não apenas realizar, por meio do crescimento da demanda efetiva, o imperativo abstrato da “realização” do capital.

REFERENCIAS

ALVES, G. *A condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global*. Bauru, SP: Práxis, 2009.

_____. *Dimensões da precarização do trabalho no Brasil: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru, SP: Práxis, 2013.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. F. (Org.). *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MARCUSE, H. *A Ideologia da sociedade industrial (O homem unidimensional)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SADER, E. (Org.). *Lula e Dilma: dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

SICSÚ, J. *Dez anos que abalaram o Brasil: e o futuro? Os resultados, as dificuldades e os desafios dos governos Lula e Dilma*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.